

Livro nº. 9

Folha 174



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2021/2025

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2023

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2023

---- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e três da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; ----

2. Análise e votação da terceira revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e três;-----

3. Análise e votação da Proposta de Atualização da Estratégia Local de Habitação de Terras de Bouro.-----

---- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Elisa Antunes o lugar de segunda secretária. -----

---- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo que interveio para prestar informações e esclarecimentos e os senhores vereadores, António Cunha e Isménia Loureiro. -----

--- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada e respetiva substituição nos termos da Lei do senhor presidente da junta de freguesia de Moimenta, Alberto Cerqueira, sendo substituído pelo Secretário, Bruno Freitas e ainda da senhora deputada Joana Leandra Oliveira que foi substituída pelo senhor deputado Orlando Miguel Teixeira.-----

---- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e deu a palavra ao primeiro secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia, começando por referir também as faltas justificadas dos senhores deputados suprarreferidos e colocado a mesma documentação à disposição para eventual consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de trinta de junho, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e que, não merecendo qualquer intervenção, foi imediatamente aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto que justificou a sua opção de voto por não ter estado presente na referida sessão. -----

----- Iniciado o período de antes da ordem do dia, inscreveram-se para usar da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, Filipa Moreira e o senhor deputado municipal Avelino Soares. -----

----- Assim sendo, iniciou a sua intervenção a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira com cumprimentos iniciais dirigidos a todos os presentes. Logo depois, realçou o considerável investimento que o município tem realizado em infraestruturas ao nível de das acessibilidades, rede viária, água e saneamento, entre outras. Hoje, no entanto, queria realçar um investimento não palpável, mas que certamente determinará o futuro do concelho. O município, juntamente com a CPCJ, o AETBR e outras entidades concelhias têm em implementação o PLPPDCJ de Terras de Bouro – Ser + Criança, que assenta em quatro eixos de intervenção: prevenir e combater a violência contra crianças e jovens, apoiar as famílias e a parentalidade, promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens e promover o bem-estar e a igualdade. Creio que a maioria dos presentes terá conhecimento deste plano e da envolvimento do município como promotor e que até tenham participado em algumas das ações já realizadas. Aos que não o fizeram, deixo aqui o apelo à vossa participação neste plano que é de todos nós! É objetivo último deste plano tornar as crianças e as famílias mais felizes e garantir que vêm assegurados todos os seus direitos. O município está efetivamente muito empenhado nesta missão. Estamos no mês de setembro, o mês que marca o reinício do ano escolar e que julgo estar a decorrer bem, salvo alguns ajustes. Queria mencionar nesta assembleia alguns números e iniciativas promovidas pelo município, nomeadamente, a atribuição de 136 bolsas de estudo a estudantes do ensino superior e a atribuição de um prémio aos 84 alunos que receberam o Diploma de Mérito Escolar. Num universo de cerca de 600 alunos parecem-me números significativos. No final do ano letivo anterior, 100% dos alunos do 12ºano do AETB entraram no ensino universitário, sendo que, apenas um na segunda fase os restantes entraram na primeira fase da candidatura. Feita a

contextualização, parablenzo o município na pessoa do Senhor presidente. É também deste investimento que precisamos. Investir nas crianças e na educação é investimento certo no futuro de Terras de Bouro. Gostaria ainda de mencionar o Encontro Anual da Pessoa Idosa que se realizou no dia 14 de setembro, do que vi e do feedback que tive dos participantes da freguesia de Carvalheira, foi um momento salutar de convívio e promoção do bem-estar desta população que tantas vezes se encontra privada do convívio social, terminou assim a sua intervenção a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

---Seguidamente interveio, conforme solicitado, o senhor deputado Avelino Soares nos moldes da intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mºs Secretários Dr. Paulo Morgado-----

Ex.mª Senhora Vereadora e senhor Vereador-----

Ex.mª senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência-----

Digníssimos membros desta Assembleia-----

Membros das Juntas e Assembleias de Freguesia-----

Ex.mº Chefe de Divisão-----

Comunicação Social-----

Na última Assembleia não pude estar presente, por motivos de saúde, e eu não queria deixar de agradecer àqueles que se lembraram de mim e me contactaram telefonicamente a desejar as melhoras. Um obrigado especial ao senhor Presidente da Câmara, pela visita que me fez, no leito do hospital.-----

Retomadas as funções, quero, nesta Assembleia, dar particular atenção à grandiosidade das festas concelhias que, ano após ano, têm vindo em crescendo, quer com a participação de comerciantes de ramos distintos e diversos, quer no nível de artistas que atraem multidões à sede do Concelho. Sim, podemos falar em verdadeiras enchentes de gente da nossa terra e de forasteiros que vibraram com os espetáculos apresentados, incluindo a extraordinária sessão de fogo de artifício.-----

Também a alteração, no sábado à tarde, do desfile etnográfico para o espetáculo Moto Freestyle de Paulo Martinho, fez a diferença e entusiasmou toda a gente.-----

Contudo, não poderia deixar de dar particular ênfase, às cerimónias religiosas do domingo à tarde em que a grandiosa procissão, muito participada e bem organizada

(com a ajuda do nosso Presidente), não deixa de ser o ponto alto das festas em honra de S. Brás.-----

A Geira Romana, que foi adiada de maio para setembro devido ao tempo, proporcionou, de 22 (vinte e dois) a 24 (vinte e quatro) deste mês, um fim de semana cheio de espetáculos alusivos ao mundo e civilização Romana, que tem no nosso território um grande significado, pela existência da Geira (Via XVIII de Antonino) que, com os seus marcos miliários, já constitui património material nacional e está proposta à Lista Indicativa para ser classificada como património material mundial. Este evento, que ainda teve agora a sua segunda edição, poderá ganhar outra dimensão, pois apresenta uma dinâmica interessante e um colorido que, exponenciado no desfile do dia 22 à tarde, em que participaram, para além do senhor Presidente da Câmara, outros elementos dos órgãos autárquicos, os professores e alunos da Escola Padre Martins Capela, (este desfile) desperta a atenção e o entusiasmo de quem o integra e de quem assiste.-----

Relativamente à atividade municipal e no que a obras diz respeito, quero referir que continuamos a assistir ao desenvolvimento de trabalhos por todo o território concelhio, sendo de destacar o evoluir do passeio da ponte de Rio Caldo até ao Gerês, a progressão na requalificação da Praia do Alqueirão que, mesmo assim, permitiu a fruição daquele espaço durante o verão, a continuidade das obras entre pontes para implantação de plataforma de ancoramento para a embarcação Rio Caldo e as inúmeras intervenções que estão a ser feitas, a nível das acessibilidades, saneamento e redes de água.-----

Referir também, a obra de restauro do Centro Interpretativo do Garrano, do Centro Cultural da Vila de Moimenta, do edifício da Cruz Vermelha, Delegação de Terras de Bouro e do Gerês e das várias beneficiações que foram e estão a ser levadas a cabo nas sedes das juntas de freguesia, em resultado das candidaturas no âmbito da Eficiência Energética. -----

Por isso, senhor Presidente, não tenho perguntas a fazer-lhe, mas como município e membro desta Assembleia, tenho a dizer-lhe que lhe continuo grato pela grande obra que está a realizar e pelo exemplo que nos dá, de trabalho, dedicação e entusiasmo em tudo o que faz e programa fazer. Muito obrigado. -----

Numa outra área, quero falar sobre a nova organização dos cuidados de saúde.-----
É um assunto que nos interessa a todos, porque, mais hoje, mais amanhã, recorreremos a esses serviços.-----

Sem entrar em pormenores, digo-vos que o Governo aprovou dois documentos legislativos estruturantes para a modernização do Serviço Nacional de Saúde e que segundo eles “vão ao encontro das expectativas e necessidades dos cidadãos e dos profissionais”.-----

Um diploma generaliza as Unidades Locais de Saúde (ULS) que integram os hospitais e os centros de saúde debaixo de uma única gestão. Ou seja, desaparecem os atuais ACES (Agrupamentos dos Centros de Saúde).-----

O outro diploma, aprova um novo modelo de organização do trabalho dos profissionais no Serviço Nacional de Saúde e consagra as Unidades de Saúde Familiar, modelo B, como resposta organizacional para os cuidados de saúde primários.-----

Então as Unidades Locais de Saúde, que serão 39 (trinta e nove) a nível do país, integram, numa mesma entidade os cuidados prestados pelos centros de saúde (cuidados de saúde primários) e pelos hospitais (cuidados diferenciados de saúde).---

O que muda então a partir do dia 1 (um) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro)? Haverá, segundo o que decorre do diploma, “uma maior facilidade no acesso das pessoas aos serviços de saúde e a sua circulação, em função das necessidades, entre os centros de saúde e os hospitais”.-----

Se assim for, venham lá as ULS (Unidades Locais de Saúde), porque, todos nós, o que queremos, são respostas céleres para os nossos problemas de saúde.-----

Mas eu quero ver para crer.-----

Dom Américo Aguiar, recentemente nomeado Bispo de Setúbal, vai ser hoje investido na função de cardeal da Igreja Católica.-----

Será o 2º Cardeal mais novo do mundo e integrará o grupo de quatro cardeais portugueses que, num futuro conclave, terão assento para a eleição do Papa, podendo, inclusivamente, vir a ser escolhido.-----

Dom Américo Aguiar foi o responsável pela organização das Jornadas Mundiais da Juventude de Lisboa e, nessa função, presidiu a uma Eucaristia no Santuário de S. Bento da Porta Aberta, onde, numa atitude de despreendimento e humildade deixou o seu solidéu e anel de bispado.-----

A Dom Américo Aguiar só poderemos desejar as maiores felicidades, como Bispo de Setúbal e agora, na subida função de Cardeal de uma Igreja que, como o mesmo afirma, “cada vez mais deve estar ao serviço de todos e especialmente, como igreja missionária, dos pobres e oprimidos”.-----

Muito obrigado.-----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Avelino Soares. -----

----- Seguiu-se uma intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal que, depois de cumprimentar todos os presentes, aludiu à temática do nível da água na Albufeira da Caniçada e dos constrangimentos causados por essa situação, nomeadamente no verão. Segundo informações recolhidas, a EDP terá imposto esta cota, o que prejudicou a frequências das praias fluviais e acabou por originar uma majoração de turistas para zonas de risco como as cascatas, o que não devia de todo acontecer. O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou também as opções do Governo sobre os territórios de baixa densidade, nomeadamente, sobre a própria gestão das albufeiras, pois os prejudicados são sempre os mesmos. Frisou também que o Ministério do Ambiente não olha para as pessoas destes territórios como olha para o ratio das zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, o que nos provoca graves prejuízos, citando, por exemplo, o POAC como algo que prejudica gravemente o concelho de Terras de Bouro. Sobre estas situações o senhor Presidente da Assembleia Municipal deixou e reforçou um forte apelo ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que continue e insista junto das entidades responsáveis na resolução destas situações e problemas que tanto preocupam quem vive em Terras de Bouro. -----

----- Ainda neste período o senhor deputado António Pires de Oliveira solicitou a palavra para subscrever a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal e acrescentar à mesma o termo "barragens do concelho", pois Vilarinho da Furna também sofre muito com as restrições e dificuldades que provocam ao trabalho da população e ao acesso aquela área, sublinhou o senhor deputado.-----

----- Posteriormente, iniciou o seu primeiro período de respostas o senhor Presidente da Câmara Municipal que, depois dos cumprimentos iniciais a todos e hoje em especial aos executivos das juntas de freguesia também convidados para a sessão itinerante que se seguirá e onde teremos oportunidade de fazer no terreno uma leitura das obras e projetos em curso. Continuando, o Senhor Presidente agradeceu as palavras da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, dizendo também que esta é a dinâmica que queremos ter para o nosso concelho, dando os parabéns não só à comunidade escolar pelos resultados, mas também à comunidade em geral pela adesão e participação no Encontro Sénior como sendo um dia fantástico de alegria e partilha entre todos. Iguais agradecimentos dirigiu o Senhor Presidente ao senhor deputado Avelino Soares e em especial nesta intervenção à alusão aos afetos, algo tão importante nas nossas vidas. Iguamente frisou o Senhor Presidente as

palavras sobre: o sucesso das festas concelhias, um momento alto do ano em Terras de Bouro pela presença dos nossos emigrantes e dos turistas que nos visitam; a Geira Romana e o sucesso da sua segunda edição, numa fantástica recriação da história que tanto representa para Terras de Bouro, deixando um especial agradecimento ao agrupamento escolar pela participação com o desfile que abrilhantou o evento romano. Prosseguindo, comunicou o estado das intervenções nos edifícios das juntas de freguesia no âmbito do projeto de eficiência energética e subscreveu as palavras do senhor Avelino Soares sobre a área da Saúde, onde procuramos todos os dias melhorar a situação dos terrabourenses e de como é um claro exemplo o projeto para a recuperação da extensão do Centro de Saúde de Rio Caldo. Já sobre a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que para além da dinâmica que a barragem do Vale do Cávado concede ao Turismo no concelho, a EDP “devia olhar com outros olhos” para a sua gestão, pois o acesso dos turistas à mesma não é claramente uma das prioridades da empresa elétrica. A EDP estabeleceu uma cota de um de junho a trinta de setembro, existindo um acordo com o município para esta situação que não se veio a verificar. A gestão das barragens em Terras de Bouro, pelas suas especificidades e pelas populações, devia ser concretizada de uma forma diferente, sublinhou o Senhor Presidente. A câmara municipal, continuou, apresentou junta da APA(Agência Portuguesa do Ambiente) um pedido prévio para o máximo aproveitamento possível das características das albufeiras, aliás uma situação que vem na senda da situação da aprovação do novo PDM, que também terá que ser o “nosso PDM” e não o plano que nos querem impor com mais restrições, reiterou o senhor Presidente da Câmara Municipal. Ainda sobre a intervenção do António Pires de Oliveira, o Senhor Presidente afirmou existir uma justificação legal para a situação da Albufeira de Vilarinho da Furna, baseada numa resolução de um Conselho de Ministros de 2022. ---

----- Seguiu-se o período destinado à intervenção do público. Entre os presentes ninguém solicitou o uso da palavra. -----

----- Teve início depois o período da ordem de trabalhos onde constavam os seguintes pontos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----

2. Análise e votação da terceira revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e três;-----

3. Análise e votação da Proposta de Atualização da Estratégia Local de Habitação de Terras de Bouro.-----

----- Neste período inicial da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou informações sobre a visita efetuada à ETAR de Amarante pela populações abrangidas pelos presidentes de junta das freguesias de Chorense, Moimenta, Balança, Ribeira e Souto no intuito de se perceber a realidade do seu funcionamento e quais as intenções da câmara municipal na implementação de uma estrutura semelhante. Continuando referiu também as atividades realizadas neste período, assim sendo: o Livro "Para sempre Vilarinho da Furna" foi apresentado na Câmara Municipal de Terras de Bouro; a Cerimónia de entrega de Prémios de Mérito Escolar que decorreu a 30 de junho e onde a Câmara Municipal de Terras de Bouro, contando com o patrocínio da SABSEG e apoio da Caixa Agrícola, decidiu premiar, uma vez mais, os 84 alunos do Quadro de Mérito definido pelo Agrupamento de Terras de Bouro; as ações de limpeza e desinfeção de contentores que prosseguem; a ANIMAÇÃO DE VERÃO NO GERÊS edição 2023; Terras de Bouro esteve mais uma vez em destaque na BRAGACUP 2023; Ricardo Prata apresentou a sua obra literária PNPG Ambiente e Tradição - Vilarinho da Furna; a Sessão das Vª Jornadas Interconcelhias de Bibliotecas do Alto Cávado que decorreu a 14 de julho em Terras de Bouro; o Município de Terras de Bouro apoiou o Projeto Gerês Seguro 2023; o Conselho Local de Ação Social reuniu extraordinariamente tendo como objetivo analisar o trabalho desenvolvido pelo Projeto CLDS 4Geira e deliberar sobre o pedido de prorrogação deste projeto; o programa do Voluntariado Jovem para as Florestas que funcionou em pleno; a Exposição "Tesourinhos da nossa Terra" patente no Núcleo Museológico de Campo do Gerês; o Programa de Atividades "Verão em Ação!" promovido pelo CLDS 4GEIRA; a publicação da Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade; o procedimento de registo da Vezeira de Vilar da Veiga no inventário nacional do património cultural imaterial em consulta pública; o Município de Terras de Bouro atribuiu bolsas de estudo para o Ensino Superior para apoio à frequência no ensino superior. Esta bolsa representa para o município um investimento superior a 78 mil euros, sendo determinante para que os jovens do concelho possam prosseguir a sua vida académica; Terras de Bouro 'encheu' para celebrar as Festas Concelhias que contaram com um programa festivo cheio de

animação e entretenimento; Mais de 1200 imagens a concurso na 3ª edição do Festival IRIS; o Município de Terras de Bouro assinalou o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio; o Município de Terras de Bouro organizou o Encontro Sénior 2023, onde os Terrabourenses participaram efusivamente e que procurou proporcionar momentos de convívio, de conhecimento, de partilha e de boa disposição a todos os participantes; Terras de Bouro promoveu o evento “Geira Romana” de 22 a 24 de setembro; o Município de Terras de Bouro comparticipou os Livros de Fichas Escolares para o 1º Ciclo. A Câmara Municipal de Terras de Bouro levou ao conhecimento dos pais e encarregados de educação que irá comparticipar os livros de fichas de trabalho complementares aos manuais escolares. Assim, e numa tentativa de redução dos elevados custos de educação para as famílias, a Câmara Municipal de Terras de Bouro comparticipará na íntegra, para o ano letivo de 2023/2024, os livros de Fichas de Trabalho complementares, adotados pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, a todos os alunos que se encontrem a frequentar o 1º ciclo do ensino básico no concelho de Terras de Bouro, independentemente do seu escalonamento em termos de Ação Social Escolar; a disponibilidade de transportes escolares grátis; a realização da Feira da Chanfana de Cabra na aldeia da Ermida este fim de semana; o Festival do Pão no Campo do Gerês e em Covide e ainda este fim de semana o TRANSCÁVADO BTT-GPS, um autêntico desafio sobre 2 rodas, seguindo as margens do Rio Cávado e que atravessa Terras de Bouro. O Senhor Presidente falou ainda sobre a apresentação da nova revista turística de Terras de Bouro, com um agradecimento especial ao Vereador António Cunha e já no quadro da Educação sobre o ratio de funcionários nas escolas do concelho e de como é preciso fazer uma gestão rigorosa e racional dos mesmos, pois não pode baixar o número de alunos e aumentar o número de funcionários, sublinhou. Relativamente ao processo da Residencial Ribeiro na Vila do Gerês, o Senhor Presidente fez o ponto da situação com o processo judicial a decorrer, sendo que, sublinhou o presidente da câmara, não baixa a guarda nem admite faltas de respeito, nem mentiras e os tribunais existem para resolver isto mesmo, ou seja, repor a sua honra e seu bom nome. De seguida, o Senhor Presidente deu conta de duas iniciativas, uma a seis de outubro com a visita ao concelho do Secretário de Estado das Florestas, João Paulo Catarino para assinar o Protocolo de intervenção na área da Cascata de Fecha de Barjas e a outra iniciativa trata-se da celebração do Dia do Município, a 20 de outubro onde se irão realizar três homenagens públicas, no caso, a dois ex presidentes da Câmara Municipal de Terras

de Bouro, o Dr. António Afonso e Dr. Joaquim Cracel Viana e também a Dom Roberto Rosmaninho, Bispo Auxiliar do Porto e ex Presidente da Irmandade de São Beto da Porta Aberta. O Senhor Presidente informou que todos serão convidados para estes dois momentos e apelou à participação nos mesmos. -----

---- Por último, neste ponto, o Senhor Presidente apresentou os valores orçamentais à data que eram de 11.288.665,75 €€ do lado da receita e de 10.025.288,30 € do lado da despesa.-----

---- Nesta fase da reunião e aberto posteriormente o período de inscrições sobre o primeiro ponto, ninguém solicitou a palavra. -----

---- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a terceira revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2023 que já era do conhecimento prévio dos presentes e que passou pelo reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da Educação no valor de 52.469,00 euros e a comparticipação do projeto "Raia Termal" que orça em 124.395,00 euros, perfazendo um acréscimo total do orçamento municipal de 176.864,00 euros, que assim ascende na totalidade ao valor de 22.585.929,00 euros.-----

---- Sem intervenções requeridas e colocado depois à votação, o ponto dois foi aprovado por unanimidade.-----

---- A sessão prosseguiu com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a introduzir o terceiro ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente a fazer o enquadramento da **"Proposta de Atualização da Estratégia Local de Habitação de Terras de Bouro"** nos seguintes moldes: "O presente documento representa a versão final da Estratégia Local de Habitação para o Município de Terras de Bouro que consubstancia uma candidatura ao 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, elaborada por uma equipa técnica da Agenda Urbana – Estudos e Consultoria, Lda.-----

---- Continuando, o Senhor Presidente, a habitação e a reabilitação são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano, à vida em comunidade e à promoção da competitividade e coesão dos territórios. É, neste sentido, que o debate em torno destas questões se tem vindo a efetuar e a consolidar no quadro das orientações e recomendações de organizações internacionais como as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a União Europeia ou a Organização Mundial de Saúde.-----

---- A habitação e a reabilitação configuram-se, assim, como domínios inseparáveis e

instrumentos sinérgicos e de valor acrescentado para a intervenção pública orientada para o bem-estar das populações.-----

A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego.-----

----- As profundas alterações dos modos de vida e das condições socioeconómicas das populações, a combinação de carências conjunturais com necessidades de habitação de natureza estrutural, a mudança de paradigma no acesso ao mercado de habitação, precipitada pela crise económica e financeira internacional, e os efeitos colaterais de políticas de habitação anteriores, apontam para a necessidade de novas políticas de habitação que contribuam para dar resposta à nova conjuntura do setor habitacional. A aprovação, em 2015, da Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) teve como objetivo dar um primeiro passo no sentido de uma resposta apropriada às profundas alterações financeiras, económicas e sociais verificadas nos últimos anos, bem como ao distanciamento progressivo entre o quadro normativo e as políticas públicas nesse domínio. Não obstante o caminho que Portugal tem vindo a percorrer nestas matérias, nomeadamente no que respeita à resolução dos problemas quantitativos em matéria de carências habitacionais, os múltiplos desafios que se colocam à política de habitação e reabilitação — económicos, funcionais, ambientais e sociais — demonstram a necessidade de uma abordagem integrada ao nível das políticas setoriais, das escalas territoriais e dos atores, que represente uma mudança na forma tradicional de conceber e implementar a política de habitação. Esta abordagem implica uma reorientação da centralização da política de habitação no objeto — a “casa” — para o objetivo — o “acesso à habitação” —, através da criação de instrumentos mais flexíveis e adaptáveis a diferentes necessidades, públicos-alvo e territórios, uma implementação com base numa forte cooperação horizontal (entre políticas e organismos setoriais), vertical (entre níveis de governo) e entre os setores público e privado, incluindo o cooperativo, bem como uma grande proximidade aos cidadãos. Foi neste contexto que o Governo lançou, em Outubro de 2017, um vasto pacote legislativo que designa por uma “Nova Geração de Políticas de Habitação” e que tem por missão:-----

1)Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do

âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;-----

2) Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.-----

Importa destacar que esta “Nova Geração de Políticas de Habitação” reconhece o papel imprescindível que os municípios têm na implementação destas políticas e reforça a sua intervenção neste âmbito, na esteira da lógica da descentralização e do princípio da subsidiariedade. A sua relação de proximidade com os cidadãos e o território permite aos municípios terem uma noção mais precisa das necessidades presentes, das abordagens mais adequadas e dos recursos passíveis de mobilização, sendo a sua ação fundamental na construção e implementação de respostas mais eficazes e eficientes, direcionadas para os cidadãos. No sentido de garantir a coerência entre as várias áreas de ação governativa, a “Nova Geração de Políticas de Habitação” articula-se com instrumentos que respondem a necessidades de grupos mais vulneráveis, como a Estratégia de Integração das Comunidades Ciganas, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo e as medidas de apoio à proteção e ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica. Assume também o desígnio estratégico da promoção de cidades sustentáveis e inteligentes, integrando plenamente as medidas apontadas no Plano Nacional de Reformas, ao serviço da construção de novas centralidades nas cidades e da revitalização de zonas em declínio, da melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios, da inclusão social e da atratividade dos territórios. Igualmente, é de sublinhar a recente aprovação da Lei de Bases da Habitação (Lei nº 83/2019, de 3 de setembro) que, pela primeira vez na Democracia Portuguesa, estabelece o quadro global, assim como um conjunto de princípios e regras gerais de atuação dos poderes públicos e privados na área da habitação. É, neste contexto, que o papel dos municípios portugueses tem uma grande importância para a concretização das políticas de habitação. Aos municípios cumpre programar e executar as respetivas políticas municipais de habitação, identificando as carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, bem como as suas dinâmicas de evolução, com vista a assegurar respostas apropriadas no âmbito das políticas municipais ou intermunicipais ou, ainda, no quadro de programas nacionais. Por sua vez, ao Estado cumpre assegurar os meios necessários para garantir o desenvolvimento das políticas locais de habitação. Para uma boa execução da política local de habitação, os municípios devem integrar a política municipal de habitação nos instrumentos de gestão territorial,

acautelando a previsão de áreas adequadas e suficientes destinadas ao uso habitacional, e garantir a gestão e manutenção do património habitacional municipal, assegurando a sua manutenção. De acordo com esta nova Lei de Bases, a política municipal de habitação é consubstanciada na Carta Municipal de Habitação, no Relatório Municipal de Habitação e no Conselho Local de Habitação.-----

--- Em suma, ao decidir elaborar uma Estratégia Local de Habitação, o Município de Terras de Bouro pretende assim preparar-se para responder adequadamente aos requisitos e aos desafios que a “Nova Geração de Políticas de Habitação” coloca, de modo a poder beneficiar plenamente os seus munícipes das vantagens que lhe estão associadas, concluiu nesta fase o Senhor Presidente. -----

---- Sobre este ponto e aberto o período de inscrições, solicitou a palavra o senhor deputado Vítor Fernandes do Partido Socialista.-----

---- Assim sendo, o senhor deputado Vítor Fernandes, depois de cumprimentar todos os presentes, quis deixar um alerta sobre este plano e de como deve existir um critério muito rigoroso na aplicação das verbas e dos apoios sociais, pois estamos a falar de gestão de dinheiros públicos, sublinhou. Ainda nesta intervenção e sobre as relações câmara municipal / EDP, o senhor deputado crê que, historicamente, existe entre as duas entidades um “acordo de cavalheiros”, mas também é de realçar que deve existir com a APA uma gestão estratégica destas estruturas. Realçou também que o Partido Socialista se bate contra os prejuízos históricos que todos conhecem e que apoia o Governo na intenção de pagamento de IMI das barragens do concelho como tem vindo acontecer, por exemplo, no Douro, concluiu o senhor deputado Vítor Fernandes.

---- Neste período voltou também a intervir o senhor Presidente da Assembleia Municipal para questionar o Senhor Presidente sobre qual o critério adotado na escolha de locais para a construção pois isso é muito importante no sentido de não se criarem desigualdades sociais, frisou e concluiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

---- Logo depois o senhor Presidente da Câmara Municipal retomou o uso da palavra para responder às intervenções anteriores e sobre as palavras do senhor deputado Vítor Fernandes, o Senhor Presidente e sobre as barragens, referiu-se à recente reunião mantida com o Ministro do Ambiente no Museu de Vilarinho e de como esta e outras temáticas foram discutidas, nomeadamente, o reforço da verba do IMI sobre as albufeiras que, neste momento, é de cerca de 170 mil euros. Já sobre o tema “habitação” o Senhor Presidente informou que as candidaturas são efetuadas numa

plataforma fora do domínio da câmara municipal, sendo que, o município apenas apoia a elaboração das candidaturas, não tendo assim qualquer influência na seleção das mesmas. Sobre este assunto, o Senhor Presidente alertou para a situação de ausência de registo predial de algumas habitações, o que poderá inviabilizar algumas candidaturas. A atribuição dos apoios efetivos concretiza-se em função do agregado familiar específico, considerando-se assim que os critérios são uniformes e bem regulamentados, disse também o Senhor Presidente. Ainda sobre a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente disse já ter definido os locais da implementação do plano da estratégia local de habitação e que são: Vilar da Veiga, Rio Caldo, Carvalheira, Gondoriz e Moimenta. Tratam-se de mais de cem fogos habitacionais novos e outros requalificados, como os apartamentos da sede do concelho, escolas primárias, o antigo Lar da Cruz Vermelha, o Bairro de Carvalheira, entre outros, trata-se de uma política ambiciosa, sublinhou o Senhor Presidente, tenhamos competência e determinação para a executar, frisou e concluiu também. ---- Sem mais intervenções, foi colocado logo depois à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos e aprovado por unanimidade.-----

----- Sendo doze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário da Assembleia Municipal

